



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

BÁRBARA PAULA DE SOUZA DIAS

**Violência contra a criança no ensino básico de um
município de São Paulo**

**Araçatuba-SP
2020**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

BÁRBARA PAULA DE SOUZA DIAS

**Violência contra a criança no ensino básico de um
município de São Paulo**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Odontologia
de Araçatuba da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –
UNESP, como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Bacharel em
Odontologia.

Orientador: Prof. Associado Artênio José
Isper Garbin

Coorientadora: Prof. Titular Cléa Adas
Saliba Garbin

**Araçatuba-SP
2020**

AGRADECIMENTOS

A princípio agradeço a Deus que ao longo desse processo complicado não me deixou desistir, me ajudou com a persistência e com a força.

Aos meus pais Arlindo Gomes Dias e Cibele de Paula Souza Dias, gratifico toda sua compreensão e apoio, mesmo que distantes, me supriram com coragem. Muito obrigada por serem pais maravilhosos e por todo amor e carinho. A vocês lhe devo todo meu amor.

A minhas irmãs Paula Daniele e Maria Eduarda apesar de todas as brigas e discussões vocês sempre estiveram ao meu lado, agradeço pela amizade e atenção dedicadas quando sempre precisei.

A minhas avós Maria Firmina e Dagmar Gomes, que almejam pela minha vitória e por todo o amor e carinho que tem me dado. Obrigada por cuidarem de mim. Dedico meu carinho.

Ao meu avô Nilton Tupinambás (in memoriam) que apesar de não estar mais aqui presente foi meu maior apoiador sempre acreditando em mim e contribuindo para que eu pudesse vir estudar longe de casa. Sinto muitas saudades.

A minhas amigas Gabriele Cerqueira, que ao pouco tempo que nos conhecemos se mostrou ser uma ótima amiga, por entender as dificuldades que eu passei e pelos conselhos me incentivando a ser uma pessoa melhor. Larissa Vendrami por ser uma amiga querida que esteve comigo durante os longos 5 anos da faculdade, que passou por vários momentos comigo, por ser na maior parte da graduação minha dupla e aprendendo juntas. Thais Nunes por todos os momentos que passamos juntas, nos divertindo e rindo muito, por me aguentar em todos os momentos, você é como uma irmã para mim. Obrigada por fazerem meus dias melhores, espero levar a amizade de vocês para sempre.

Ao meu orientador Artenio José Isper Garbin, pelo suporte, agradeço pela oportunidade, suas correções e incentivos.

À minha coorientadora Cléa Adas Saliba Garbin pela sua dedicação e paciência durante o projeto. Seus conhecimentos fizeram grande diferença no resultado final deste trabalho.

À Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” quero deixar uma palavra de gratidão por ter me recebido de braços abertos e com todas as condições que me proporcionaram dias de aprendizagem muito ricos.

DIAS, B. P. S. Violência contra a criança no ensino básico de um município de São Paulo. 2020. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Odontologia, Universidade Estadual Paulista, Araçatuba, 2020.

RESUMO

A violência se faz presente em todos os níveis sociais de uma comunidade, atingindo principalmente grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes. Sendo assim, os profissionais da educação desenvolvem papel singular na vida dos menores, uma vez que podem atuar ativamente na identificação de maus-tratos dentro do ambiente escolar. Desta maneira, este trabalho buscou levantar o número de casos suspeitos e / ou confirmados de violência contra a criança em escolas municipais de ensino básico do município de Araçatuba / SP, com a participação dos professores de ensino infantil na verificação dos abusos. Os aspectos abordados ao longo da coleta de dados foram: descrição dos casos de violência, identificação do perfil da criança e do agressor, e reconhecimento de casos esporádicos e recidivantes. Este estudo foi realizado em 5 escolas municipais de ensino básico, que somadas possuíam 619 alunos matriculados. Os sujeitos da pesquisa foram 47 professores, que receberam estímulos para responder um relatório, no formato de entrevista, que buscou levantar o número de abusos suspeitos e / ou confirmados. Os dados foram digitados e posteriormente descritos em tabelas e gráficos com o auxílio do programa Excel. Foram identificadas 181 crianças vítimas de violência doméstica, pertencentes à faixa etária de 01 a 07 anos. Os principais agressores apontados pelos pedagogos foram os pais das crianças (91,71%), sendo que a maioria dos casos apresentou recidivas (81,76%). A negligência foi a forma de violência mais verificada pelos pedagogos, tendo sido identificados casos de pioleto (46,96%) e uso de roupa inadequada (10,50%). Portanto, os dados colhidos auxiliaram na identificação do alcance da violência e no perfil de suas vítimas.

Palavras-chave: Maus-Tratos Infantis. Violência. Pré-Escolar.

DIAS, B. P. S. **Violence against children in basic education in a municipality in Sao Paulo**. 2020. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Odontologia, Universidade Estadual Paulista, Araçatuba, 2020.

ABSTRACT

Violence is present in all social levels of a community, affecting mainly vulnerable groups, such as children and adolescents. Thus, education professionals play a unique role in the lives of minors, since they can actively act in the identification of abuse within the school environment. Thus, this work sought to raise the number of suspected and / or confirmed cases of violence against children in municipal elementary schools in the municipality of Araçatuba / SP, with the participation of early childhood teachers in the verification of abuses. The aspects addressed during the data collection were: description of cases of violence, identification of the profile of the child and the aggressor, and recognition of sporadic and recurrent cases. This study was applied in 5 municipal elementary schools, which together had 619 students enrolled. The subjects of the research were 47 teachers, who received incentives to answer a report, in the format of an interview, which sought to raise the number of suspected and / or confirmed abuses. The data were entered and later described in tables and graphics with the aid of the Excel program. 181 children who were victims of domestic violence were identified, belonging to the age group from 01 to 07 years old. The main aggressors pointed out by the pedagogues were the children's parents (91.71%), with the majority of cases having recurrences (81.76%). Neglect was the form of violence most frequently seen by educators, with cases of lice (46.96%) and the use of inappropriate clothing (10.50%) being identified. Therefore, the data collected helped to identify the scope of the violence and the profile of its victims.

Keywords: Child Abuse. Violence. Preschool.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição de frequências e porcentagens de crianças, de acordo com a escola, gênero e resultados totais.....	15
TABELA 2 – Distribuição de frequências e porcentagens de crianças, de acordo com a idade.	16

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Relatório sobre suspeita / confirmação dos casos de violência contra criança.....	13
FIGURA 2 - Distribuição percentual do perfil dos agressores na visão dos pedagogos. Araçatuba, 2018	17
FIGURA 3 - Distribuição percentual para as respostas dadas frente as formas de violência observadas. Araçatuba, 2018.....	17
FIGURA 4 - Distribuição percentual dos sinais e/ou sintomas da violência identificados pelos pedagogos. Araçatuba, 2018.....	18
FIGURA 5 - Distribuição percentual de casos de violência reincidentes nas 5 EMEBs participantes. Araçatuba, 2018.....	18

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVO GERAL	12
2.1 Objetivos Específicos	12
3 METODOLOGIA.....	13
4 RESULTADOS	15
5 DISCUSSÃO	19
6CONCLUSÃO.....	22
REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

A violência é caracterizada por atitudes humanas de indivíduos, grupos, classes e nações que podem causar intimidação e danos físicos, morais, espirituais e psicológicos, inclusive, levando a óbito. Trata-se de um fenômeno multifatorial que está presente no mundo desde os primórdios da sociedade e representa sério agravo à saúde, tendo em vista que resulta em consequências nocivas à vítima e às pessoas envolvidas (SANTOS et al., 2019).

Os maus-tratos infantis caracterizam uma das formas mais expressivas de morbidade à crianças e adolescentes, representando um grave problema de saúde pública que infringe os direitos humanos (MINAYO et al., 2018; PINTO JUNIOR; CASSEPP-BORGES; SANTOS, 2015). A discussão sobre esta temática é de extrema importância na área da saúde, uma vez que a violência assume especificidades culturais e se enraíza entre as pessoas de um grupo como um ato disciplinante, de caráter corretivo e punitivo (GARBIN et al., 2015). Todavia, sabe-se que uma linha muito tênue separa os limites entre o ato corretivo e a medida que viola os direitos humanos.

Mesmo com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de todo o progresso feito no combate a violência infantil (BRASIL, 1991), ainda há muitos casos de abusos domésticos contra crianças e os pais e/ou responsáveis são apontados como os principais agressores. Muitas vezes o contexto social baseado na desestrutura do seio familiar gera um número ainda maior de violência (PORTOLANI; SCIARRA, 2020). Essas famílias enfrentam uma problemática que perfaz a gravidez indesejada, deficiências físicas ou mentais, difícil comportamento da criança, distúrbios psiquiátricos, alcoolismo, alcançando ainda os problemas de caráter socioeconômico (MOREIRA RATES et al., 2015).

Estes fatores contribuintes associados à tradição de que a família é uma instituição inviolável, levam a situações de mais abusos, negligência e traumas psicológicos com consequências graves no desenvolvimento infantil (BARRETO, 2016). O convívio dos pais com o menor, muitas vezes baseia-se na subjugação, sendo possível verificar a intensificação do domínio do primeiro sobre o segundo, levando a situações de abuso (COSTA; LIMA; MARTINS, 2013). O ambiente familiar é um local que deveria remeter ao acolhimento, aconchego, cuidado, conforto,

confiança e proteção, entretanto, para muitas crianças, ocorre exatamente o contrário, e o ambiente acaba fazendo inferência ao sofrimento, medo e maus-tratos.

A violência infantil pode ser classificada de diferentes formas, sendo elas: física, que abrange qualquer ação que cause dor física a um menor; psicológica, que compreende a existência de depreciação da criança pelo adulto, o que gera extenso sofrimento mental; sexual, que compreende qualquer ato entre pais, parentes ou responsáveis e um menor, com a finalidade de estimulá-lo sexualmente; negligência, que é a omissão das necessidades físicas e / ou emocionais da criança; e a violência fatal, que compreende o resultado das outras formas de violência, ocasionando na morte do indivíduo (AZEVEDO; GUERRA, 2002).

A compreensão de todos estes conceitos se faz necessário uma vez que a violência contra a criança deve ser entendida dentro de sua integralidade, podendo ser explicada como um fenômeno diretamente articulado a um problema sócio-estrutural que a sociedade está exposta (SANCHES et al., 2019). Sendo assim, muitas consequências da violência não são percebidas, porém podem perdurar por muitos anos, gerando sentimentos de desvalorização, causando a baixa autoestima, depressão e até comportamentos antissociais e violentos (VELOSO et al., 2015).

Com o objetivo de diminuir as consequências geradas pela violência, existe a necessidade de um maior investimento nas medidas de prevenção e promoção do bem-estar e qualidade de vida na primeira infância (ARAGÃO et al., 2013). A cooperação entre os mais diversos setores da sociedade se faz indispensável (DOSSI et al., 2008), destacando-se o papel da escola e do educador (GARBIN et al., 2015). O pedagogo é um ator social de grande relevância no enfrentamento da violência, uma vez que passa um tempo expressivo ao lado do menor, estabelecendo laços fortes de confiança e amizade (PAIVA et al., 2015).

Muitas vezes, intercorrências escolares como baixo rendimento, faltas frequentes, comportamento agressivo, apatia, choro e falta de atenção podem ser indicadores importantes de abuso (HUTZ, 2002). Destaca-se assim, a relevância da notificação dos casos suspeitos e ou identificados, bem como o olhar atento dos professores para a presença de sinais ou sintomas da violência (BRINO; WILLIAMS, 2003).

Logo, a notificação é um instrumento essencial dentro do âmbito da política pública, pois possibilita dimensionar o alcance da violência intrafamiliar, permitindo ainda determinar a melhor alocação de investimentos em núcleos de vigilância e assistência social (BRASIL, 2013). Os profissionais que lidam com as crianças, em especial os educadores, devem ter a notificação e a denúncia como aliados para modificar a qualidade de vida e devolver o bem-estar aos menores (SILVA, 2015).

Portanto, é de extrema importância para o combate da violência infantil e de suas graves consequências biopsicossociais, conhecer os casos existentes de abusos dentro do âmbito escolar.

2 OBJETIVO GERAL

O presente estudo tem como objetivo identificar casos suspeitos e / ou confirmados de violência contra crianças em 05 escolas municipais de Ensino Básico em um município de médio porte do Estado de São Paulo.

2.1 Objetivos Específicos

- Identificar os casos de violência intrafamiliar no âmbito escolar;
- Identificação do perfil do agressor
- Identificação do perfil da vítima: sexo e idade;
- Descrição dos casos de violência;
- Verificar a presença de recidivas.

Foi aplicado um piloto que, de acordo com Yin (1989) pode auxiliar o pesquisador a refinar os seus procedimentos de coleta e registro de dados, permitindo que o investigador teste os procedimentos que foram pré-estabelecidos. O piloto foi realizado em uma escola de ensino básico que não participou da pesquisa, sendo que 6 professores fizeram parte deste estudo prévio. O instrumento de análise não precisou de alterações para aplicação nos educadores que compuseram a amostra do estudo.

A amostra da pesquisa foi composta por 47 professores (n=52) pertencentes a 5 escolas que possuíam 619 alunos matriculados. O grupo de educadores que integraram a pesquisa foi organizado com base em dois critérios: possuir formação em nível superior e aceitar participar da pesquisa, mediante assinatura do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”. O critério de exclusão utilizado foi: professores de licença médica, afastados de suas atividades laborais, ausentes no dia da entrevista, ou aqueles que não consentirem em participar da pesquisa.

Os participantes foram estimulados a relatar os abusos suspeitos e/ou identificados nas crianças, de forma a descrever os casos de violência, reconhecer o perfil da criança, identificar o agressor e caracterizar os casos esporádico e/ou recidivantes.

A coleta foi realizada dentro do ambiente escolar, através de rápidas entrevistas com duração aproximada de 10 minutos por entrevistado. Os dados foram quantificados e tabulados no programa Excel para realização de uma análise descritiva.

4 RESULTADOS

As instituições participantes da pesquisa somavam juntas 619 alunos e os 47 professores participantes da pesquisa identificaram 181 casos suspeitos e/ou confirmados de violência infantil. Na tabela 1, estão demonstradas as frequências e porcentagens de crianças vítimas de violência, de acordo com a escola, gênero e resultados totais.

TABELA 1 – Distribuição de frequências e porcentagens de crianças, de acordo com a escola, gênero e resultados totais

Escolas	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Norma Gazoni	9	9,57	2	2,30	11	6,08
CAIC	34	36,17	41	47,13	75	41,44
Cláudio Evangelista	20	21,28	27	31,03	47	26,96
Esther Gazon	16	17,02	13	14,94	29	16,02
Deodato	15	16,96	4	4,60	19	10,50
Total	94	100	87	100	181	100

Fonte: Garbin, 2018

Do total de agressões constatadas, 55,2% foram reconhecidas em crianças do gênero masculino e 44,8% em menores do gênero feminino, sendo que as vítimas se encontravam na faixa etária de 1 a 7 anos, com predomínio a idade de 5 anos (50,2%), como está descrito na tabela 2.

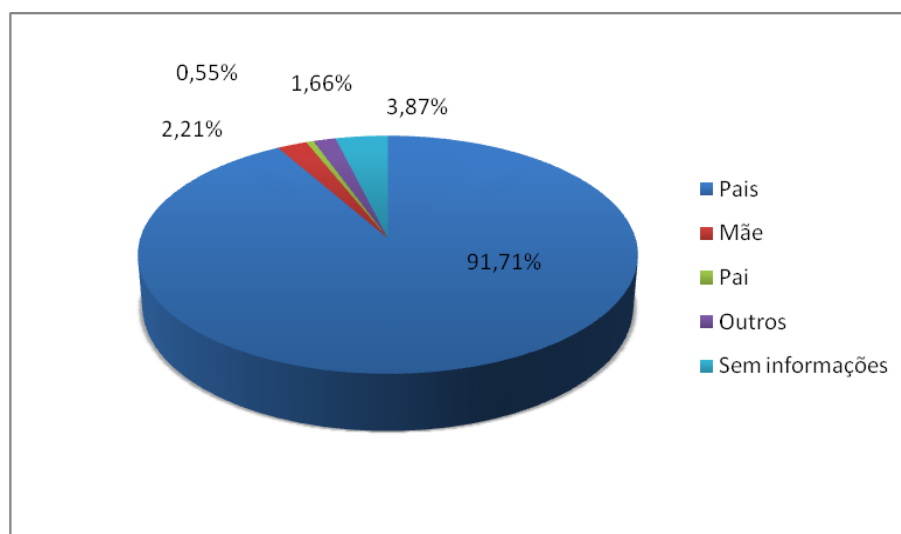
TABELA 2 – Distribuição de frequências e porcentagens de crianças, de acordo com a idade

Idade	N	%
1	5	2,76
2	17	9,39
3	35	19,34
4	27	14,92
5	91	50,28
6	0	0,00
7	1	0,55
8	0	0,00
9	0	0,00
10	0	0,00
Sem informações	5	2,76
Total	181	100

Fonte: Garbin, 2018

Os participantes deste estudo apontaram que os pais eram os principais agressores (91,7%%), indicando que tanto mãe como pai cometiam os abusos. Todavia, em alguns casos notificados foi possível observar que apenas uma a mãe era a agressora (2,21%), como está descrito na figura 2.

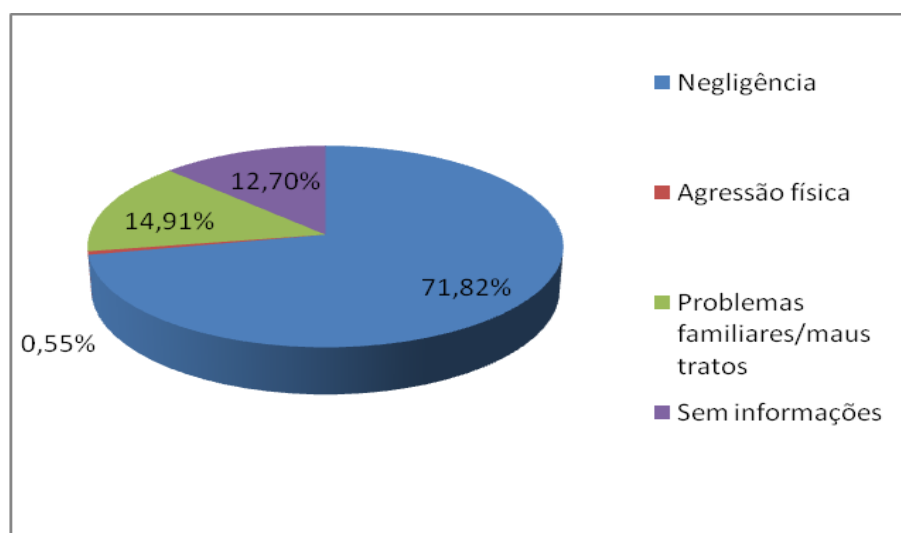
FIGURA 2 - Distribuição percentual do perfil dos agressores na visão dos pedagogos. Araçatuba, 2018



Fonte: Garbin,2018

As formas de violência identificadas com maior frequência foram: negligência (71,8%); problemas familiares e maus tratos (14,9%) e agressão física (0,55%), como está descrito na figura 3.

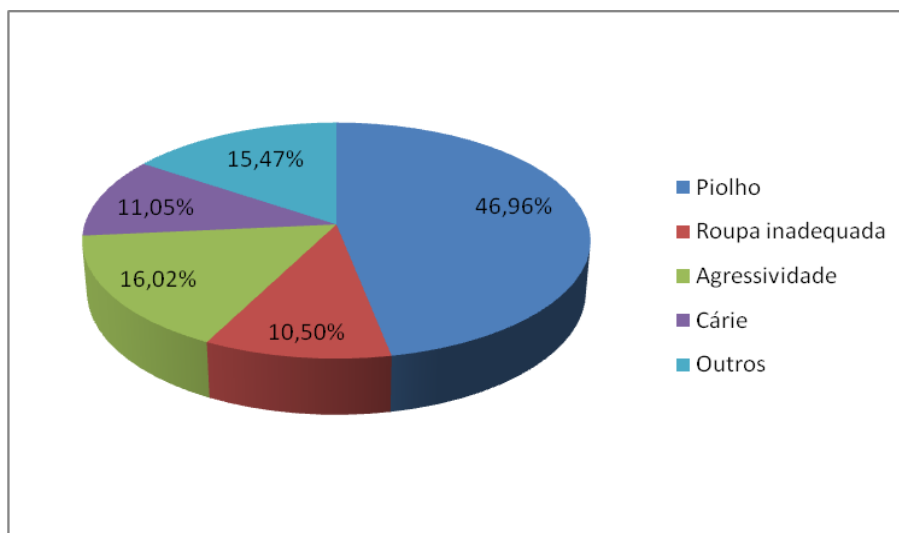
FIGURA 3 - Distribuição percentual para as respostas dadas frente as formas de violência observadas. Araçatuba, 2018



Fonte: Garbin,2018

Os sinais e sintomas dos abusos mais frequentemente identificados pelos pedagogos foram: presença de piolho (46,96%), agressividade (16,02%), presença de doença cárie sem tratamento (11,05%) e vestimentas inadequadas para a temperatura do local (10,5%), como está descrito na figura 4.

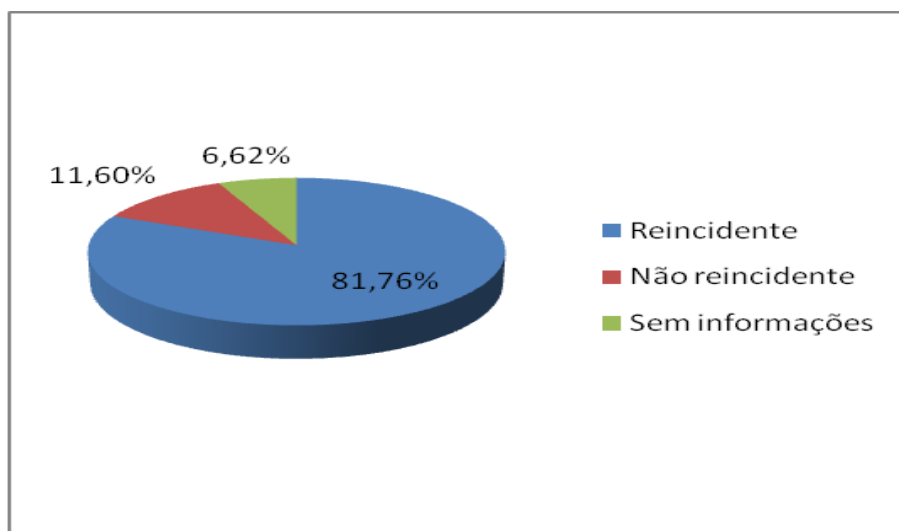
FIGURA 4 - Distribuição percentual dos sinais e/ou sintomas da violência identificados pelos pedagogos. Araçatuba, 2018



Fonte: Garbin, 2018

Aproximadamente 81,7% dos casos de violência infantil identificados pelos professores foram reincidentes, como está descrito na figura 5.

FIGURA 5 - Distribuição percentual de casos de violência reincidentes nas 5 EMEBs participantes. Araçatuba, 2018



Fonte: Garbin, 2018

5 DISCUSSÃO

A violência vem tomando proporções epidêmicas, chamando ainda mais a atenção das autoridades brasileiras (PINTO JÚNIOR; CASSEPP-BORGES; SANTOS, 2015). Logo, nota-se que é de extrema importância a participação ativa do educador no combate aos abusos, compreendendo desde a identificação dos casos suspeitos e ou verificados, bem como no processo de notificação à direção da escola e Conselho Tutelar (GARBIN et al., 2016; SANTOS et al., 2019).

Foi possível observar neste estudo 181 casos de violência infantil verificados em 5 Escolas Municipais de Ensino Básico (EMEBS). Esta alta prevalência de abusos identificados, destaca a escola como um ambiente de acolhimento, mas também de observação e detecção de abusos. Segundo Ristum (2010), a escola deve se conscientizar e se comover com a seriedade da violência doméstica e com os danos psicossociais causados pela mesma, desenvolvendo métodos de prevenção desses casos. As ações de combate ao abuso infantil na escola devem ser guiadas para a construção de um vínculo de confiança e de apoio efetivo entre os pedagogos e as crianças, exigindo uma melhor formação acadêmica e ensino permanente aos profissionais da educação à respeito de questões relacionadas à violência (RISTUM, 2014).

De acordo com os dados coletados notou-se na tabela 2 que a faixa etária com o maior índice violência foi a de 5 anos de idade correspondendo a 50,28 % das 181 crianças analisadas. Comparando ao estudo analisado por Ristum (2014, p. 18) “junto aos professores de escolas das redes pública de Salvador constatou que 15% dos casos de violência doméstica identificados nas escolas pesquisadas são de crianças entre 4-5 anos”, Tal suposição se dá ao fato que crianças nesta idade são mais submissas e dependentes de atenção e vulnerabilidade frente aos agressores (RISTUM, 2014, p. 19).

Mesmo com os problemas relacionados à formação acadêmica mais holística dos pedagogos, pode-se observar no presente estudo que os tipos de abusos mais citados foram os relacionados aos casos de negligência. A omissão de cuidados pode ser observada através de casos frequentes de crianças com piolho, doença cárie sem tratamento e uso de roupa inadequada. Em menor prevalência foram identificados casos de violência psicológica e maus-tratos, sendo que o sinal mais observado pelo

pedagogo foi a agressividade infantil. A violência física foi também verificada através da presença de hematomas e machucados nas crianças. É importante destacar ainda que quase a totalidade dos abusos identificados apresentaram recidivas. Estes achados corroboram com o trabalho de Borges et al. (2019), que também destacou a negligência como o tipo de violência mais notificada.

Quanto ao gênero das vítimas, de acordo com os resultados encontrados neste estudo, observou-se que não houve uma grande discrepância entre os gêneros das crianças envolvidas em situações de violência, sendo que o sexo masculino foi o mais acometido no estudo, assim como demonstrado nos trabalhos de Viamonte, Salazar e Vázquez (2016) e Egry et al. (2015). Já a pesquisa de Oliveira et al. (2020), observou que os indivíduos do gênero feminino são os mais acometidos por abusos, devido à vulnerabilidade dos mesmos frente às agressões.

Ao que tange a identificação do agressor, os dados coletados mostraram que os pais das vítimas foram apontados como os principais perpetradores, indicando que os suspeitos, na maior parte dos casos, são os próprios membros da família ou pessoas que convivem diariamente com a criança. Este achado também pode ser observado nos estudos de Ristum (2014), Viamonte, Salazar e Vázquez (2016) e Oliveira et al. (2020), que identificaram os pais como os principais agressores, reforçando o risco que estes menores correm diariamente.

Muitos estudos mostram que os pais ou responsáveis pelo menor costumam fazer o uso da força física como método corretivo alegando que fazem uso destes meios como medida educativa na infância (CARLOS et al., 2014), tornando o abuso um fenômeno recidivante e histórico-cultural permanente. Logo, evidencia-se que é de extrema importância o desenvolvimento de projetos que abordem a questão da imposição de limites nas crianças, priorizando o uso do diálogo como principal meio para atingir estes objetivos (MARTINS; JORGE, 2009). Silva e Mendonça (2015) mostrou que o alto nível de violência está intimamente relacionado com a ausência de diálogo para resolução dos problemas, com a desvalorização da vida e com o grande nível de estresse nas relações interpessoais.

Portanto, deve-se ressaltar que diversos tipos de sinais ou sintomas de agressão, são cada vez mais comuns em crianças, e por conta disso os profissionais que têm contato rotineiro com esses menores devem estar sempre atentos a qualquer

sinal que indique alguma forma de abuso (GARBIN et al., 2016). É importante evidenciar que há uma complexidade em reabilitar psicologicamente essas crianças, por conta do extenso desgaste emocional que o trauma da agressão pode causar; deixando-as mais vulneráveis ao uso de diversas drogas lícitas ou ilícitas, com o risco de sofrerem diversos problemas psicológicos, como a depressão, fobia e baixa autoestima, resultando em consequências biopsicossociais relevantes, que interferem no crescimento e desenvolvimento destes indivíduos (OLIVEIRA; SIMÕES, 2014).

Desta forma, sugere-se ainda maior atuação intersetorial no combate a violência infantil, a fim de que se possa desenvolver projetos que auxiliem profissionais da saúde e da educação, bem como a comunidade a identificar, conduzir e notificar os casos de violência. A violência é um grave problema de saúde pública e precisa de toda a atenção da sociedade, para que seus índices diminuam, possibilitando maior qualidade de vida e bem-estar as crianças e adolescentes.

6 CONCLUSÃO

Foram identificados 181 casos de violência neste estudo e as vítimas eram com maior número do gênero masculino, com idade entre 01 e 07 anos. Observou-se que a principal forma de agressão foi a negligência, caracterizada pela presença de piolho, agressividade, cárie sem tratamento, uso de roupas inadequadas e outros. Foi identificado ainda que os abusos eram recorrentes e que em uma maioria expressiva dos casos, os pais eram os agressores.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, A. S. et al. Abordagem dos casos de violência à criança pela enfermagem na atenção básica. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 21, n. esp., p. 172-179, 2013.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, U. N. A. **Infância e violência doméstica**: módulo 2. São Paulo: Laboratório de Estudo da Criança; 2002.
- BARRETO, C. S. A. L. O triste retrato da violência infantil no Brasil. **Rev. Ciênc. Méd. Biol.**, v. 15, n. 1, p. 3-4, 2016.
- BORGES, K. N. G. et al. Epidemiologia da violência contra a criança no Estado de Goiás. **Rev. Elet. Acervo Saúde**, v. 34, p. e1420, 2019.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. São Paulo: Forja Editora/Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo/CBIA, 1991.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva)**: 2009, 2010 e 2011. Brasília: MS, 2013.
- BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. **Interação Psicol.**, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2003.
- CARLOS, D. M. et al. O apoio social sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 48, n. 4, p. 610-617, 2014.
- COSTA, R. S.; LIMA, L. S.; MARTINS, E. R. C. A enfermagem frente à violência infantil em uma unidade pediátrica. **Rev. Saúde Corpo Amb. Cuid.**, v. 1, n. 1, p. 202-213, 2013.
- DOSSI, A. P. et al. Perfil epidemiológico da violência física intra-familiar: agressões denunciadas em um município do estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. **Cad. Saude Publica**, v. 24, n. 8, p. 1939-1952, 2008.

EGRY, E. K. et al. Compreendendo a negligência infantil na perspectiva de gênero: estudo em um município brasileiro. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 49, n.4, p. 556-563, 2015.

GARBIN, C. A. S. et al. Conhecimento e percepção dos educadores do ensino infantil sobre violência. **Rev. Ciênc. Plural**, v. 1, n. 2, p. 37-47, 2015.

GARBIN, C. A. S. et al. Violência na população infantil: perfil epidemiológico dos abusos verificados no ambiente escolar. **Rev. Ciênc. Plural**, v. 2, n. 2, p. 41-54, 2016.

HUTZ, C. **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MARTINS, C. B. G.; JORGE, M. H. P. M. A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos Conselhos Tutelares e programas de atendimento em município do Sul do Brasil, 2002 e 2006. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 18, n. 4, p. 315-334, 2009.

MINAYO, M. C. S. et al. Institucionalização do tema violência no SUS: avanços e desafios. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 2007-2016, 2018.

MOREIRA RATES, S. M. et al. Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias Brasil 2011. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 20, n. 3, p. 655-665, 2015.

OLIVEIRA, N. F. et al. Violence against children and adolescents in Manaus, Amazonas State, Brazil: a descriptive study of cases and evaluation of notification sheet completeness, 2009-2016. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 29, n. 1, p. e2018438, 2020.

OLIVEIRA, P. S.; SIMÕES, A. Maus-tratos à infância: As referências dos técnicos das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens [CPCJ]. **Rev. Port. Enfermag. Saúde Mental**, n. esp., p. 82-89, 2014.

PAIVA, R. L. S. et al. Violência, delinquência e tendência antissocial: sobre a experiência de um atendimento a crianças vítimas da violência em uma favela do Rio de Janeiro. **Estud. Pesq. Psicol.**, v. 15, n. 3, p. 891-915, 2015.

PINTO JUNIOR, A. A.; CASSEPP-BORGES, V.; SANTOS, J. G. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p.124-131, 2015.

PORTOLANI, T. P.; SCIARRA, A. D. M. Child violence with emphasis on sexual abuse under psychoanalytic interventions. **Educ. Psicol. Interfaces**, v. 4, n. 1, p. 114-126, 2020.

RISTUM, M. A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. **Temas Psicol.**, v. 18, n. 1, p. 237-247, 2010.

RISTUM, M. As marcas da violência doméstica e a identificação por professores do ensino fundamental. **Rev. Bras. Psicol.**, v. 1, n. 1, p. 3–12, 2014.

SANCHES, L. C. et al. Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Rev. Iberoam. Bioética**, n. 9, p. 1-13, 2019.

SANTOS, L. F. et al. Factors that interfere with the confrontation of child violence by guardianship counselors. **Rev. Saúde Debate**, v. 43, n. 120, p. 137-149, 2019.

SILVA, L. S.; MENDONÇA, K. M. L. A violência escolar em matérias de jornal: um imaginário construído em Belém-PA. **Comum. Educ.**, v. 20, n. 1, p. 39-49, 2015.

SILVA, M. A. Educação em saúde na prevenção à violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. **Rev. Educ.**, v. 15, n. 19, p. 129 – 139, 2015.

VELOSO, L. U. P. et al. Violence profile in children 0-9 years of age treated in a public hospital. **Rev. Enfermag. UFPI**, v. 4, n. 1, p. 97-105, 2015.

VIAMONTE, K. R.; SALAZAR, M. I. V.; VÁZQUEZ, E. J. Maltrato infantil en escuela ecuatoriana de Ambato. **Rev. Humanid. Méd.**, v. 16, n. 2, p. 215-226, 2016.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Los Angeles: SAGE, 1989.